



## **Lugar de enunciação e territorialidade: formação discursiva e beligerância**

Guillaüme Hatschebach<sup>1</sup>

Ana Josefina Ferrari<sup>2</sup>

### **Resumo**

Elaboração de um dispositivo teórico a reposicionar a historicidade da assim chamada “ideologia de gênero”, a analisando a partir da prática discursiva e constituição no quadro sócio-histórico pela decantação da posição discursiva antigênero, situando as disputas intradiscursiva e interdiscursiva aos dispositivos extralinguísticos referenciais desde a reação pela cunha do léxico ao interior da posição discursiva por sua materialidade significativa sem referente objetivo. O corpus busca reconstruir o objeto teórico do dispositivo enunciativo, sua exteriorização e suporte técnico vinculado às formações ideológicas no campo das lutas sociais e suas práticas discursivas, sistema aberto em confluência a motivos extralinguísticos.

**Palavras-chave:** ideologia de gênero, beligerância, lutas sociais.

## **Lugar de enunciación y territorialidad: formación discursiva y beligerancia**

### **Resumen**

Elaboración de un dispositivo teórico para reposicionar la historicidad de la denominada “ideología de género”, analizándola desde la práctica discursiva y constitución en el marco socio-histórico al decantar la posición discursiva antigénero, ubicando las disputas intradiscursivas e interdiscursivas al dispositivos referenciales extralingüísticos a partir de la reacción por la cuña del léxico al interior de la posición discursiva por su materialidad significativa sin referente objetivo. El corpus busca reconstruir el objeto teórico del dispositivo enunciativo, su exteriorización y sustento técnico vinculado a formaciones ideológicas en el campo de las luchas sociales y sus prácticas discursivas, sistema abierto en confluencia con motivos extralingüísticos.

**Palabras-clave:** ideología de género, beligerancia, luchas sociales.

## **Place of enunciation and territoriality: discursive formation and belligerence**

<sup>1</sup> Pesquisador discente da Universidade Federal do Paraná, atua principalmente nos seguintes temas: individualidade moderna, amor livre individuado e seus movimentos sociais consentâneos. E-mail: [guihats@ufpr.br](mailto:guihats@ufpr.br)

<sup>2</sup> Pós Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas com a pesquisa "Memória de mulheres quilombolas: análise das falas de mulheres quilombolas da comunidade de Batuva - Guaraqueçaba - Paraná". (2013-2014). Participa do Grupo de pesquisa "Mulheres em Discurso" cadastrado no CNPq e do NEABI da Universidade Federal do Paraná na linha de pesquisa Comunidades Tradicionais: Quilombos, Comunidades de Terreiro, Povos do Campo. E-mail: [ana.josefina@gmail.com](mailto:ana.josefina@gmail.com)

## Summary

Development of a theoretical device to relocate the historicalness of the so named "gender ideology", analyzing it from the discursive practice and constitution in the socio-historical framework by the settle down of the anti-gender discursive position, setting the intradiscursive and interdiscursive struggles to the referential extralinguistic devices since the reaction by the wording of the lexicon to the interior of the discursive position by its signifying materiality without objective referent. The corpus seeks to rebuild the theoretical object of the enunciative device, its externalization and technical support tied to ideological formations in the field of social struggles and their discursive practices, open system in confluence to extralinguistical grounds.

**Key words:** gender ideology, belligerence, social struggles.

## Notas preliminares acerca da historicidade da categoria gênero

Situamos o léxico “ideologia de gênero” por reação interdiscursiva a reelaborar por deslocamento a posição discursiva de práticas científicas ao domínio eclesial e, por deslizamento da secularização deste, se dando o rebaixamento do estatuto teórico-metodológico ao movimento estruturado no discurso a reduzir a complexidade das proposições e enunciados em sua complexidade a um programa unificado, harmônico, planejado e centralizado, superestimando o alcance e efeitos de sentido das elaborações nos estudos de gênero a partir de um significante sem referencial objetivo na materialidade prático-sensível. Ao lugar enunciativo da posição antigênero, notamos não se fazer esta pela territorialidade do espaço sensível prático inerte, articulando o discurso no campo das lutas sociais antigênero por sua territorialidade pretensamente pré-discursiva ao corpo, e pela circulação ao campo em disputa.

## Gênero: artefato discursivo e deslocamentos

O uso da categoria gênero é historicamente recente, sendo incorporada pela teoria social e movimentos femininos para o debate da distinção dos gêneros perceptíveis e de suas atribuições por uma dada gramática de gênero. Para Scott (1995, p. 71-72), o sentido conceitual da categoria advém ao *gender*, léxico estadunidense a atribuir a diferenciação social relativa aos papéis sociais, afirmando: “A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual'. O termo 'gênero' enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.” (SCOTT, 1995, p. 72), acentuando importar não somente a cunhagem da

categoria, mas antes o projeto de transformação social a ser conduzido, repercutindo pela ampliação do campo de pesquisa em estudos sociais, como pela viragem epistemológica desde o envolvimento e posição<sup>3</sup> das pesquisadoras e pesquisadores frente ao mundo, considerando a subalternização e a natureza sócio-histórica das opressões (1995, p. 73).

A categoria gênero, portanto, proporciona o cotejamento do silenciamento, e de suas causas, viabilizando o estranhamento pela naturalização da posição dada por natural. Dito de outro modo, desvela um campo de pesquisa e individualidades no tempo e espaço: cosmovisões, percepções e epistemologias preteridas. Gênero, ainda na asserção de Scott (1995, p. 75), foi apreciado extensivamente, o tornando sinônimo da categoria mulheres em sua pluriversidade, o dissociando pela suposta neutralidade axiológica.

Para Scott (1995, p. 86-87), (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder; logo, a categoria proporciona nomear ao fenômeno, discutindo as possibilidades de intervenção, elaborando possibilidades analíticas a investigar a natureza e causa dos processos antes desprezados. Portanto, a gramática de gênero atravessa tanto aos: i. elementos perceptíveis da estruturação de gênero, como valores, mitos, costumes, comportamento, tom de voz *etc.*; e, ii. o sentido normativo depurado pelos aparatos ideológicos, como a Escola, tanto pelos documentos legais estabilizadores, como pela prática docente, ao lado das normas jurídicas, da coação jurídico-criminal, dos ritos religiosos, entre outros.

A gestão técnica dos afetos, percebendo a matéria técnica e política da corporeidade e sexualidade, para Preciado (2018), perpassa sua análise somatopolítica desde a compreensão da formação sócio-histórica do capitalismo, destacando o autor três formações históricas pretéritas ao desenvolvimento farmacopornográfico, sendo as duas primeiras estruturações o i. capitalismo escravista de tipo colonial; e, ii. capitalismo industrial, notadamente erigindo suas trilhas até o fordismo; o marco de transição do segundo regime ao hodierno se faz ao ocidente pelo ocaso de possibilidades históricas, na Espanha fazendo apontar a coincidência pela inflexão na Guerra Civil, ao lado da Segunda Guerra Mundial (PRECIADO, 2018, 26-27).

Este novo quadro emerge, na asserção de Preciado, pela reelaboração de quatro categorias: i. sexo; ii. sexualidade; iii. gênero; e, iv. identidade sexual; sendo estes artefatos de

<sup>3</sup> Ao debate entre teoria social e tendências na historiografia, situamos Scott (1995, p. 76-82) pela vinculação com a historiografia marxista, tomando importância à produção e reprodução material da vida social, notadamente pelas categoriais sociais classe e gênero. Para a autora (SCOTT, 1995, p. 85), a tematização de gênero se faz ausente das elaborações das teorias sociais do século XVIII ao XX, havendo perifericamente menção à questão das mulheres, ou ainda analogias ao binômio homens/mulheres.

“gestão política da vida”, notando as mudanças decorrentes ao período posterior à década de 1930 (PRECIADO, 2018, p. 27), delineando um dos marcos da situação histórica haver decorrido pela emergência das mulheres na interface pública, e pela ascese e notoriedade da homoafetividade em espaços antes interditos, decorrendo o produto das lutas sociais em campos discursivos próximos; ao lado das lutas sociais, situa a indústria farmacêutica forjada ao interim da fabricação sintética de moléculas a rearranjar ao decurso do século XX as percepções e, acentuadamente, a patologização das divergências de gênero e sexualidade; e, a partir de 1941, com o fabrico bioquímico das tecnologias e produtos comercializáveis, avulta considerar (PRECIADO, 2018, p. 29):

[...] o pedopsiquiatra norte-americano John Money cunha o termo ‘gênero’, diferenciando-o do tradicional termo ‘sexo’, para denominar o pertencimento de um indivíduo a um grupo de comportamento e expressão corporal culturalmente reconhecido como ‘masculino’ ou ‘feminino’. É famosa a afirmação de Money de que é possível (usando técnicas cirúrgicas, endocrinológicas e culturais) ‘mudar o gênero de qualquer bebê até os dezoito meses’.

A patologização das identidades sexuais divergentes ao binário - estabelecido seu uso clínico por Harry Benjamin em 1954, definindo “transexualismo” como patologia -, conjuntamente à elaboração dos artefatos bioquímicos e cirúrgicos em emergência, a pílula anticoncepcional produzindo a dissociação da reprodução biológica ao prazer voluptuoso do sexo, primeiro sendo comercializada pela Searle & Co., sob o nome comercial *Enovid*, combinando em sua formulação mestranol e noretinodrel (PRECIADO, 2018, p. 30), sua contraparte química para a masculinidade destacado pelo fabrico bioquímico da molécula de sildenafil, em 1988 pela Pfizer, precipitado por distúrbios cardiovasculares e pela disfunção erétil masculina (PRECIADO, 2018, p. 32), suas implicações advindas inclusive de experimentos militares pela CIA ainda na década de 1950, envolvendo eletrochoque e o uso de drogas psicodélicas e alucinógenas.

As tecnologias biopolíticas reelaboram o fluxo semiótico-técnico, de suas estruturas bioquímicas aos artefatos discursivos, reconstruindo corporeidades por suas tecnologias a modificarem a percepção, como o “bromazepan, Special K, Viagra, *speed*, cristal, Prozac, *ecstasy*, *poppers*, heroína)” (PRECIADO, 2018, p. 36); artefatos tecnológicos de um novo regime em ascenso, a indústria farmacopornográfica convergindo novos elementos técnico-industriais e uma nova elaboração de artefatos discursivos a respeito das configurações viáveis, reestruturando aspectos do colonialismo do século XIX ao implementar a expansão

ao decurso da década de 1970, a endocrinologia, a psiquiatria e a psicologia atuando aí enquanto discursos<sup>4</sup> científicos clínicos.

A crise do petróleo ao final do século XX catalisa nova subsunção: corpo, desejo e subjetividade como valores a serem expropriados, ao passo do surgimento e desenvolvimento do maior mercado da internet, a indústria pornográfica, modelo por excelência para a cibereconomia, gerando aproximados 350 novos sites diariamente, ampliando exponencialmente seu acesso e consumo a populações para além do Estado Nacional (PRECIADO, 2018, p. 40-41), dispondo “[...] investimento mínimo, venda direta do produto em tempo real e formato único, satisfação imediata para o consumidor.” (PRECIADO, 2018, p. 41-42).

O capitalismo pós-fordista aglutina a indústria farmacêutica (científica, médica e cosmética), a indústria de guerra e a indústria pornográfica como tripé macroeconômico a perfilar estantes de corpos, sua aparência contida pelo controle farmacopornográfico da subjetividade, sua matéria-prima em moléculas e mercadorias a atuarem pela angústia, tédio e sofrimento psíquico em estados variados e distintos, modulando a perene circulação de estados mentais induzindo ao relaxamento e bem estar individual, alopáticos e artefatos discursivos a gerirem condutas e emoções, o fluxo semiótico-técnico configurando a tecnociência tornada possível a subscrever a mercadoria da subjetividade, vertendo a produção farmacopornográfica sua forma de gestão da vida pelo controle desde sua elaboração, arraigando setores antes não mobilizados.

Para Preciado a indústria farmacopornográfica tem sua gênese ao estertor do século XIX, carecendo nomear o objeto equivalente ao de força de trabalho para a economia política clássica, para o qual Preciado propõe *Potentia Gaudendi*, aos termos da “[...] potência (presencialmente ou virtual) de excitação (total) de um corpo.” (2018, p. 44), onde tais possibilidades não distinguem espécie, sexo ou sexualidade, atuam na estrutura mental

<sup>4</sup> A hegemonia do discurso científico, para Preciado (2018, p. 37), se faz pelo estabelecimento da territorialidade enunciativa a reelaborar aos conceitos de “[...] psiquismo, libido, consciência, feminilidade, masculinidade, heterossexualidade, homossexualidade, intersexualidade e transexualidade” em sua vendabilidade e exterioridade, a capacidade bioquímica e molecular desconstruindo a matéria do corpo pela formação discursiva do campo científico, a comercializar artefatos geridos pela indústria farmacêutica, tornando a experiência individual num artefato biotecnológico, individualidades despidas da carne de sua natureza por peças estranhas e exteriores, “[...] já não se trata de revelar a verdade oculta na natureza, e sim da necessidade de explicitar os processos culturais, políticos e tecnológicos por meio dos quais o corpo, enquanto artefato, adquire um *status natural*.” (PRECIADO, 2018, p. 38); o sexo e o desejo são produzidos pelas tecnologias a não discernir o consumidor na imagem reificada do objeto de sua carência. A produção biopolítica, para conservarmos ao conceito foucaultiano, destaca o vetor da auto produção atravessada pela indústria bioquímica, articulando ao interregno os trabalhos de cuidado, proteção e assistência aos saberes e afetos ao fluxo da linguagem (PRECIADO, 2018, p. 39-40).

psíquica (PRECIADO, 2018, p. 44-45). Cadeia de possibilidades, não há meios materiais para sua armazenagem ou acúmulo, incidindo sua existência enquanto potencialidade tal numa relação, se fazendo força material a penetrar e engendrar as massas, a estimulando indiferentemente ao gênero, situando a corporeidade a transcender o imediato sensível, não havendo coincidência ao corpo pré-discursivo à pele ou carne. Prossegue o autor, para cuja acepção de vida se estabelece, como o parafraseamos, para além do imediato sensível e, logo, não podendo ser reduzida no plano sensível ao mero dado biológico (PRECIADO, 2018, p. 46).

Os artefatos, deste modo, tanto as tecnologias e moléculas bioquímicas, quanto os dispositivos discursivos, se produzem numa manufatura, os meios de comunicação se dando ao caminho de formas humanas objetivadas pela linguagem, as tecnologias e discursos produzidas como extensões de sua corporeidade. A *Potentia Gaudendi*, assim, é uma tecnologia de poder a agrupar: i. biopolítica; e, ii. necropolítica; enquanto força a metabolizar a subsunção da subjetividade, sua lógica se faz estruturar pelo *tecno eros* a subsumir gênero e sexualidade num conjunto articulado de ideias, valores, desejo e afeto, disputando a formação psíquica e seu projeto subjacente, modulando os dispositivos da identidade sexual e do desejo, reduzidos à masculinidade e feminilidade cisgênero e heterossexual, ao converter toda diferença em “diferença tecnobiopolítica” (PRECIADO, 2018, p. 49).

A patologização das identidades dissidentes e sexualidades divergentes a gênero e sexualidade preocupa a norma enquanto tal e a expectativa pela abjeção, notando Preciado a respeito da heterossexualidade devir a uma “[...] tecnologia de procriação politicamente assistida. No entanto, depois dos anos 1940, o corpo sexual molecularizado foi introduzido na maquinaria do capital e forçado a modificar suas formas de produção.” (2018, p. 50). Por meio do fluxo semiótico-técnico, o poder descentraliza sua operação, arraigando as existências prático-sensíveis (PRECIADO, 2018, p. 51).

Para o autor, a indústria farmacopornográfica<sup>5</sup> muda e transforma o desejo em aspecto de “força produtiva” para o capital, reelaborando pela produção sexual o controle e planejamento demográfico descentralizado e a articulação discursiva naquela influenciando

<sup>5</sup> A respeito desta terceira formação histórica capitalista, destaca Preciado se dar desde a: “[...] produção da sua mente e corpo, dos seus desejos e afetos. O biocapitalismo contemporâneo ao mesmo tempo produz e destrói as espécies. Apesar de estarmos acostumados a falar de sociedade de consumo, os objetos que consumimos são apenas uma centelha da produção virtual psicotóxica. Consumimos ar, sonhos, identidade, relação, coisas da mente. O novo capitalismo farmacopornográfico funciona, na realidade, graças à gestão biomidiática da subjetividade, por meio de seu controle molecular e da produção de conexões virtuais audiovisuais. [...] O biocapitalismo farmacopornográfico não produz coisas, mas ideias variáveis, órgãos vivos, símbolos, desejos, reações químicas e afetos. Nos campos da biotecnologia e da pornocomunicação, não há objetos a produzir, trata-se de *inventar* um sujeito e produzi-lo em escala global.” (PRECIADO, 2018, 54-57).

(PRECIADO, 2018, p. 53). A produção sexual, enlevo, se dá pelo controle da produção de óvulos, pela coleta de esperma, fertilização *in vitro* e inseminação artificial, como pelo monitoramento do parto e de sua gestão clínica desde a ultrassonografia (PRECIADO, 2018, p. 53-54), reestruturando a divisão sexual do trabalho.

### **A assim chamada “ideologia de gênero”**

O engajamento ideopolítico de setores conservadores da Igreja Católica demandou a elaboração do conceito de “ideologia de gênero”, fabricação atuando por esteio pela salvaguarda moral das instituições, mobilizando biodispositivos pela reinvestidura da família natural desde o desprezo pelos estudos de gênero e todo campo da teoria social feminina. A ofensiva antigênero emerge pelos movimentos religiosos institucionais e seus matizes laicos, apoiados na cunhagem do conceito, artefato discursivo a conter a estratégia em disputa e seu projeto de intervenção, por consequência. Para Junqueira (2018, p. 451), a ofensiva conflui por

[...] setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos 'não negociáveis'.

O cerceamento e obstrução abrangem os direitos parentais e reprodutivos, o reestabelecimento de hierarquias familiares desde o *tropos* de gênero, como por seu ponto nevrálgico na Educação - campo em disputa, a saber, a interdição do debate na educação sobre gênero, sexualidade e diversidade repatriam ao campo da família mononuclear suas prerrogativas, a hierarquia familiar a desconsiderar, e ojeriza pela despatologização das homoafetividades e, mais recentemente, das identidades transgênero.

A capilaridade social destes movimentos mobiliza para além do catolicismo, seu centro gerador, arraigando denominações evangélicas neopentecostais, dentre outras, ainda que ulteriormente. Para tal posição<sup>6</sup>, os direitos sociais pela equidade teriam seu ponto de apoio na difusão da categoria gênero, por sua capacidade a desvelar a historicidade da

<sup>6</sup> Junqueira sustenta ainda a necessidade de argumentação por um quadro político-discursivo para enunciação e circulação destes conteúdos, a retórica antigênero constituindo um artefato a reorganizar a mobilização por pautas morais, centrando, por sua vez a disputa pela “[...] rebiologização da diferença sexual, a renaturalização das arbitrariedades da ordem social, moral e sexual tradicional, a (re)hierarquização das diferenças e a afirmação restritiva, (hetero)sexista e transfóbica das normas de gênero” (JUNQUEIRA, 2018, p. 452).

produção e reprodução do caráter de determinação estrutural da opressão em sua gramática estruturante, inscrito pela territorialidade a desnaturalizar as diferenças sexuais ditas naturais, lançando pelo construtivismo de gênero uma i. psicologização da formação cultural da vida psíquica dos afetos, mediada ineliminavelmente pelas relações sociais, se dando ao seu interior, e em contradição para com estas; o afeto, desde logo, não se dá somente pela escolha individual, porquanto, ao lado do desejo, emoções e sentimentos - não somente as estruturas psíquicas, mas antes o conjunto de objetivações pelos valores, normas, condutas e, mesmo, ao gênero perceptível.

Ainda para o autor, as atuações prioritárias residem ao Direito, Saúde e Educação, a última decupando a mais incisiva e assertiva, interrompendo propostas de visibilização, enfrentamento às discriminações, notadamente desde a categorização de uma agenda extemporânea ao complexo educacional, onde se pode notar, com o autor, a denominação “propaganda de gênero”. Sustentação tal tem seu ponto de apoio na família mononuclear, contra a qual resguardam o teor ilibado frente à dissuasão, criança e família aparecendo por descritores imputados ao regime discursivo compulsória pela cisgeneridade e heterossexualidade, economia política moral e de valores (JUNQUEIRA, 2018, p. 453).

Para Junqueira, ao largo da polemização antigênero, os fenômenos perquiridos pelas investigações em gênero não se produziram pela clave da autopercepção isolada de si, antes se dando por mediação da cultura, a refratar pela elaboração sócio-histórica. Para o autor, a divergência percebida pode ser estendida como renaturalização dos caracteres apresentados por substância e natureza do ordenamento da superfície discursiva e de sua materialidade, o imposto culturalmente notado por legítimo à ordem civil, algo imutável ou inevitável (JUNQUEIRA, 2018, p. 454).

A disputa hegemônica pretende reestabelecer a decantação sócio-histórica a qual os estudos de gênero pretendem intervir – ora pela mudança, ora pela transformação; assim como a categoria mulher não tem referente objetivo na realidade prático-cotidiana, as lutas sociais são também compostas pluriversalmente. A produção das normas, deste modo, tanto as discursivas quanto as compulsórias semiótico-técnicas, se dá inclusive por visões epistemológicas, a posição antigênero tendendo confluir para a renaturalização da diferença anatômica fundamental, uma percepção do fenômeno de gênero desde a identidade sexo/gênero. Para Junqueira (2018, p. 454-455), os biodispositivos semiótico-técnicos decorrem

[...] especialmente a partir da rebiologização essencializadora das concepções de *família* (declinada sempre no singular: a 'única família natural', patriarcal, biologicamente radicada, fundada na união monogâmica homem-mulher, presumivelmente por matrimônio sacramentado e indissolúvel, com prole), *matrimônio* (íntima comunhão de vida e amor conjugal, e inscrito na natureza do homem e da mulher), *maternidade* (atributo e vocação inerente à mulher, também mãe- esposa-afetuosa-cuidadora-submissa), *filiação* (biologicamente estabelecida mediante a conjugalidade complementar homem-mulher), *parentesco* (equiparado à consanguinidade), *sexo* (realidade fundamentalmente corpórea, ordenada e finalizada à procriação), *sexualidade* (ligada à complementaridade imanente entre homem e mulher), *heterossexualidade* (expressão da complementaridade e única via natural de manifestação do desejo sexual e de realização da vocação reprodutiva), *identidade* e *diferença sexual* (binárias, fixas, inalteráveis, cromossômicas e hierarquizadas).

Os movimentos antigênero abrangem posições em Direitos Humanos, desde a adoção da pena de morte, ao lado do recrudescimento de pautas vinculadas, como a maternidade renaturalizada enquanto destino compulsório da diferença psíquica natural, a feminilidade e a masculinidade, reinscrevendo posições em indivíduos e grupos diversos em uma antinomia compulsória sexo/gênero, realizável ao curso da forma mononuclear da família, erigindo limites intransponíveis (JUNQUEIRA, 2018, p. 457), ao tempo que colidem interesses e propostas gerando alianças táticas com setores antes não mobilizados, inclusive com disputas internas entre tais frações. Para Junqueira, ideologia de gênero e estudos de gênero são dois objetos não convergentes por sua natureza e substância enquanto tal, se fazendo algo comum naquela primeira formação discursiva (2018, p. 458):

[...] o artifício de se apresentar a produção dos estudos de gênero e afins por meio de citações fragmentadas e descontextualizadas, falseadas, acompanhadas (e direcionadas) por apreciações simplificadoras e desqualificadoras (Garbagnoli, 2014a). Ao mesmo tempo, sublinha-se que a 'teoria de gênero' seria 'um erro da mente humana', sem validade científica (Carnac, 2014) e, por isso, completamente confutada por especialistas: suas formulações seriam meramente ideológicas; e suas premissas, falsas, desmentidas pela biologia.

Apontam ainda os setores antigênero a inconsistência metodológica, quando não pela acusação “ideologia”, o desprezo ao *gender* se fazer não somente por um debate epistemológico, mas inclusive uma posição ética e ideopolítica acerca dos temas, ao lado de suas lutas sociais. As denominações<sup>7</sup> pelos setores antigênero percebem a circulação e

<sup>7</sup> Prossegue Junqueira (2018, p. 459): “‘Teoria de gênero’, ‘ideologia de gênero’ e suas variações não são meras locuções. São sintagmas neológicos fabricados na forma de *rótulos* e *slogans* políticos e, enquanto tais, tendem a funcionar como estandartes, sinais de adesão, pontos de referência na construção e na atuação de grupos de mobilização. Em outras palavras, ‘teoria’ e ‘ideologia de gênero’, mais do que operarem como disposições de percepção e classificação, agem também como poderosas categorias de mobilização política (Garbagnoli,

arraigamento em biodispositivos, particularmente após a década de 1990, quando cunhadas expressões linguísticas sem referente objetivo, próximas à forma ideopolítica viável e necessária ao momento contingente, Junqueira (2018, p. 459-460) cita algumas, sendo estas

[...] teoria do *gender*, ideologia (do) *gender*, ideologia de gênero, ideologia da ausência de sexo, ideologia confusa de gênero, loucura de gênero, teoria do gênero sexual, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria artificiosa do *gender*, teoria do gênero *queer*, teoria do gênero transexual, teoria do gênero radical, ideologia radical de gênero, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultrafeminista do *gender*, ideologia do *Women's empowerment*, ideologia pós-feminista do gênero, ideologia do pensamento único homossexualista, ideologia comunista do gênero, teoria americana do *gender*, ideologia mundialista (ou globalista) do gênero, ideologia LGBT, ideologia do *lobby gay*, ideologia ocidental homossexual e pró-aborto, ideologia sodomita, ditadura do *gender*, ditadura ideológica do *gender*, totalitarismo de gênero, *gender-terror*, genderismo, ou simplesmente gênero ou *gender*, em si mesmo, uma ideologia.

Tais elaborações, percebidas suas origens eclesiais, ressonam em setores conservadores da sociedade civil, repercutindo por sobre setores não diretamente vinculados à institucionalidade ou afiliação ideopolítica, decorrendo um processo de secularização inscrita à “desconfessionalização” do discurso, ampliando os espaços onde circula, tornando menos óbvia a relação ininterdiscursiva de seu teor com a enunciação clerical. Faz notar Junqueira (2018, p. 460) o caráter metadiscursivo das elaborações da assim chamada “ideologia de gênero”, a importância em nossa análise residindo, em acordo ao autor, pela caricaturização do discurso, distorcendo a argumentação porquanto recrie um fantoche político-discursivo, despreocupados com a metodologia convencional de pesquisa científica, incluindo em seu desprezo mesmo ao referente de sua enunciação (JUNQUEIRA, 2018, p. 461).

A respeito, propõe Junqueira (2018, p. 462):

Ao investir na descontextualização, rotulação e distorção caricatural de toda e qualquer intervenção teórica, jurídica, política, cultural ou pedagógica concernente ou alusiva aos estudos de gênero e afins, os/as moralistas antigênero costumam assumir uma postura não afeita ao debate acadêmico ou democrático. Fica claro que, conforme o roteiro de produção de pânico moral (Thompson, 2014), os adversários devem ser ridicularizados, demonizados e estigmatizados. E, ao sabor de uma *estratégia de rotulação* deformadora do adversário (Garbagnoli, 2014a), os epítetos podem variar: extremistas, inimigos ou destruidores da família, familiofóbicos, fanáticos pró-gay, homossexualistas, gayzistas, gaystapo, feminazis, doutrinadores, pedófilos, heterofóbicos, cristofóbicos, cristianofóbicos, genderistas.

---

2014a, 2016a).”

Tais práticas discursivas, ainda para o autor, podem inclusive incorporar elementos discursivos anódinos, os reconformando a finalidades algo estranhas ao teor de seus princípios, dissuadindo conteúdos históricos em instrumentos apartados, artefatos alheios à sua gênese e estruturação - sabidamente, algo que decorreu aos cromossomos. A reificação que decanta a formulação dos argumentos antigênero percebe a cristalização dos fenômenos sócio-históricos particulares de um dado tempo histórico por universal imutável, deixando de notar sua historicidade, interdiscursividade e a estruturação destes processos enquanto tal, naturalizando a família natural por única possível. A subversão, sobremaneira, ao lado da família, não se faz por uma substância a-histórica, antes se produz pelas formas sociais e seus conteúdos históricos, suas objetivações e extrusões e, inclusive, por suas formas estranhadas.

Junqueira caracteriza a acepção antigênero do complexo das elaborações de gênero, seus movimentos, lutas sociais e teoria social por matizes culturais e ideopolíticos imiscuidos à tematização e proposição de suas concepções, aos quais seria o gênero, nesta percepção, de todo encoberto pelo dístico *Liberdade e Igualdade*, e orientariam, deste modo, a Organização das Nações Unidas (ONU), o imperialismo e qualquer outra posição ou instituição estranha, como Judith Butler, sua efígie ou sua corporeidade<sup>8</sup>. Para o autor, tal caráter subjacente contido ao dispositivo discursivo, marcado no termo de língua inglesa e, frequentemente destacado em negrito, reverbera sua posição discursiva pelo desprezo da “propaganda de gênero”; a “ideologia de gênero”, destarte, articularia o discursivo-político a resguardar a hegemonia dos interesses, suas bandeiras e pautas não reconhecidas à primeira vista, um dos marcos da formulação se fazendo durante a década de 1990 ao agrupar posições eclesiais e movimentos sociais de motivação religiosa, como agrupamentos pró-vida e pró-família, ampliando suas repercussões ulteriores. O centro de locução do sintagma neológico, nos termos da sustentação do autor, se dá pelo Pontifício Conselho para a Família, órgão sacro da Igreja Católica a atuar por sobre as deliberações a respeito dos temas. Em nota, faz acrescer (JUNQUEIRA, 2018, p. 463):

<sup>8</sup> Carta Capital, Judith Butler é agredida ao embarcar no aeroporto de Congonhas: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/judith-butler-e-agredida-ao-embarcar-no-aeroporto-de-congonhas/> HYPERLINK "https://www.cartacapital.com.br/sociedade/judith-butler-e-agredida-ao-embarcar-no-aeroporto-de-congonhas/"\_acesso aos 18 de março de 2022;

Folha, Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtm> HYPERLINK "https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtm"]\_acesso em 18 de março de 2022.

Criado em maio de 1981 por meio da expedição do *motu proprio* intitulado *Família a Deo Instituta*, de Karol Wojtyła, em substituição ao Comitê para a Família, fundado por Giovanni Montini (papa Paulo VI) em 1973. Em setembro de 2016, o Pontifício Conselho para a Família e o Pontifício Conselho para os Leigos deixaram de existir e suas competências foram transferidas para o Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, instituído pela carta apostólica em forma *motu proprio* de Jorge Bergoglio (papa Francisco).

A “ideologia do *gender*” atravessa diversas elaborações, apontando Junqueira ao monsenhor Michel Schooyans (1930-), destacado por seu vínculo a Opus Dei, ao sustentar posições contra o uso da pílula anticoncepcional e preservativos, e, por ser o primeiro a denunciar a suposta conexão entre os projetos e direitos de minorias por uma agenda centralizada. Schooyans viveu no Brasil durante os idos de 1959 a 1969, onde atuou profissionalmente na Pontifícia Universidade Católica. Uma de suas obras é prefaciada pelo então cardeal Ratzinger, promovendo o uso da crítica da ideologia de gênero e do empoderamento feminino, arguindo por uma ofensiva antigênero frente ao sintagma proposto, inscrevendo as denominações (JUNQUEIRA, 2018, p. 467):

[...] 'a coligação ideológica do ‘gênero’ com o socialismo, o malthusianismo, o eugenismo e o liberalismo. Por sinal, registre-se que este parece ser um dos primeiros empregos do sintagma (ou talvez o primeiro). Essa possibilidade, embora plausível, não autoriza desconsiderar que processos de incubação, emergência e circulação do sintagma em questão, bem como da retórica a que ele se relaciona, se desdobram (e se desdobram) a partir da formação e articulação de redes de atores, significados e representações, segundo tramas que exigem outros estudos. Desse modo, mais do que demarcar este (ou outro) como o possível primeiro emprego do sintagma, é oportuno notar que, ali, ele aparece revestido de sentidos e amparado em elementos retóricos que encontrarão forte eco nas futuras manifestações antigênero.

Para Junqueira (2018, p. 468), outro nome pensado às primícias da ideologia de gênero é o monsenhor Óscar Alzamorra Revoredo, então bispo auxiliar da cidade de Lima, no Peru, quem emprega “ideologia de gênero” num documento episcopal ao ano de 1998: *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, citando Junqueira a asserção de Revoredo, influenciada sua concepção por Schooyans (REVOREDO *apud* JUNQUEIRA, 2018, p. 468):

Tem-se ouvido durante estes últimos anos a expressão '*gênero*' e muitos imaginam que é apenas uma outra maneira de se referir à divisão da humanidade em dois sexos. Porém, por detrás desta palavra se *esconde* toda uma *ideologia* que pretende, precisamente, modificar o pensamento dos seres humanos acerca desta estrutura bipolar.

Os proponentes desta *ideologia* querem afirmar que as diferenças entre o homem e a mulher, *fora as óbvias diferenças anatômicas*, não correspondem

a uma natureza fixa que torne alguns seres humanos homens e, a outros, mulheres. Pensam, além disso, que as diferenças de pensar, agir e valorizar a si mesmos são produto da cultura de um país e de uma época determinadas, que atribui a cada grupo de pessoas uma série de características que se explicam pelas conveniências das estruturas sociais de certa sociedade. (...) Não é necessária muita reflexão para se dar conta de quão revolucionária é esta posição e das consequências que implicam a negação de que há *uma natureza dada a cada um dos seres humanos por seu capital genético*. Dilui-se a diferença entre os sexos como algo convencionalmente atribuído pela sociedade, e cada um pode 'inventar' a si mesmo. (...) É conveniente que o público em geral perceba claramente o que tudo isto significa, pois os proponentes desta ideologia usam sistematicamente uma *linguagem equívoca* para poder se *infiltrar* mais facilmente no ambiente, enquanto habitam as pessoas a pensar como eles.

No plano das relações internacionais, inscreve Junqueira (2018, p. 469) a Conferência de Pequim (ONU, 1995) como ponto de inflexão ao reconhecimento da sexualidade por suas determinações culturais, reconhecendo a insuficiência da equidade ou igualdade entre os sexos sem que haja consideração pelas desigualdades estruturantes estruturadas, notadamente pela articulação de classe, gênero e etnia. Ao início do novo milênio, repercutindo e respondendo as elaborações da Conferência da ONU, o Vaticano publica ao documento *Famiglia, matrimonio e 'unioni di fatto'*, elaborado sob supervisão de Ratzinger, fora esta então escrita pelo cardeal colombiano Alfonso López Trujillo, sua sustentação discursiva conferindo legitimidade à ofensiva antigênero, bandeira reacionária pelo recuo em Direitos Humanos. Para Trujillo, a “ideologia do ‘gender’” instrumentalizaria as instituições tradicionais, perfazendo a família e relações interpessoais. Prossegue Trujillo (*apud* JUNQUEIRA, 2018, p. 469):

A partir da década 1960 a 1970, *certas teorias* (que hoje os expertos costumam qualificar como '*construccionistas*'), sustentam não somente que a identidade genérica sexual ('*gender*'), seja o produto de uma interação entre a comunidade e o indivíduo, mas que também esta identidade genérica seria independente da identidade sexual pessoal, ou seja, que os gêneros masculino e feminino da sociedade seriam um produto exclusivo de fatores sociais *sem relação com verdade alguma da dimensão sexual da pessoa*. Deste modo, *qualquer atitude sexual resultaria como justificável, inclusive a homossexualidade*, e a sociedade é que deveria mudar para incluir junto ao masculino e ao feminino (...).

Junqueira (2018, p. 469-470) propõe a análise das alterações recentes nas acepções de feminilidade, masculinidade e sexualidade, voltando seu escopo analítico pelos processos de crítica às diferenças anatômicas enquanto constituintes fundamentais da oposição binária de gênero renaturalizada. Decorrendo o papado de Karol Wojtyła, sabido papa João Paulo II, o deslocamento resulta ainda pela (JUNQUEIRA, 2018, p.470):

[...] Teologia do Corpo, apresentada nesses termos por Wojtyla em colaboração com Ratzinger e reafirmada por seus sucessores, com ampla cooperação da estrutura vaticana. Essa Teologia, gradativamente exposta pelo pontífice ao longo de 146 audiências gerais, entre setembro de 1979 e novembro de 1984 (João Paulo II, 2009) e na exortação apostólica *Familiaris Consortio*, de 22 de novembro de 1981, continuou sendo objeto de elaboração e encontrou as suas mais nítidas formulações na carta apostólica *Mulieris Dignatatem*, de 15 de agosto de 1988; na *Lettera alle famiglie* [Carta às famílias] *Gratissimam Sane*, de 2 de fevereiro de 1994; na encíclica *Evangelium vitae*, de 25 de março de 1995; e na *Lettera alle donne* [Carta às mulheres], de 29 de junho de 1995 (João Paulo II, 1981, 1988, 1994, 1995a, 1995b).

A elaboração da doutrina da complementaridade, adjunta à Teologia do Corpo, nos termos de Junqueira, percorre a interdiscursividade por posições papais e por seus aparatos eclesiais a partir de 1939, precipitado desde o papado de Pio XII (1939-1958). Tal tematização inscreve o corpo pela naturalidade, a mulher sendo designada em princípio por sua anatomia, e a feminilidade compondo descritor a referir à diferença sexual, portanto, para que as tendências eclesiais critiquem a *imoralidade*, ou desinteresse público pelos temas, prescinde antes ao reconhecimento da existência de lutas sociais e das contradições moventes ao eixo de corpo, gênero e sexualidade. Para Junqueira, a Teologia do Corpo é percebida (2018, p. 471):

[...] diferentemente da concepção doutrinária que prevalecera até então, a mulher deixa de ser representada como mera subordinada ao homem e torna-se, como dito acima, sua *complementar* e igual em dignidade. Essa antropologia teológica não implicou um arrefecimento doutrinário; pelo contrário.

Prossegue o autor, asseverando a inflexão ao papado de Wojtyla, acentuando a ofensiva pelas pautas da moral sexual, sabidamente pelo aborto, métodos contraceptivos e homoafetividade, os biodispositivos de gênero modulando o fluxo semiótico-técnico desde a hipercentralidade da família mononuclear, vertendo gender num anátema. Converge aos interesses eclesiais a elaboração de outra obra, o *Lexicon: termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche* ao ano de 2003, publicação que busca na família natural combater aos efeitos da “ideologia da cultura da morte”, dispondo um dicionário lexical com 103 entradas, artigos escritos aos temas de gênero, sexualidade, bioética e corporalidade. Junqueira faz menção ao perfil daqueles que elaboraram a obra, havendo em sua redação

pesquisadores e pesquisadoras de universidades confessionais, ao lado de conselheiros de pontificados, alguns dentre estes oriundos da Opus Dei.

Oportuno apontar aos anos 2000, donde o cardeal Trujillo busca pela teóloga alemã Jutta Burggraf, para que esta elabore o léxico gênero, sendo esta filiada a Opus Dei e tendo atuado junto ao papa João Paulo II ainda ao ano de 1987; sendo publicado na Costa Rica pela editora Promessa, o título da publicação sendo *¿Qué quieres decir género? En torno a un nuevo modo de hablar* (JUNQUEIRA, 2018, p. 471-472), o léxico foi revisto e reeditado, sendo integrado ao Lexicon.

Para Junqueira (2018, p. 472), a acepção de gênero ao Lexicon se aproxima àquilo que propõe por “ideologia feminista do gender”, cotejando a família natural e as disposições naturais no indivíduo, como a maternidade para as mulheres, compreendendo a complementaridade entre os sexos e as recusas pelo princípio sendo caracterizadas por patologias, percebendo ao *gender* enquanto essencialmente negativo, defenestrando a capacidade analítica da categoria desde o apagamento epistemológico aludido pelo silenciamento cultural e tendência belicista destes grupos antigênero, valendo ao Lexicon a orientação de posições antigênero notadamente enquanto guerra de posições (JUNQUEIRA, 2018, p. 474). Sexo, corpo e identidade sexual, desta maneira, são lançados por dados naturais pré-sociais, sendo trans-históricos e imutáveis, portanto. A percepção antigênero opõe a ideologia de gênero por sua manipulação retórica ao gênero enquanto dado transcendental (JUNQUEIRA, 2018, p. 476).

A cristalização das normas estabilizadoras decanta ao período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939–1945) pela pressuposição do caráter natural da cisgeneridade heterossexual, não havendo questionamento sobre a natureza da norma cisgênero heterossexual enquanto regime político normativo, incorrendo pela reconversão de mudanças em processos históricos desde sua percepção do fenômeno de gênero enquanto processo estabelecido pela autopercepção isolada; em realidade, a teoria de gênero percebe a formação cultural, bases psíquicas e a economia política dos afetos, ao lado de processos atravessados pela negação, como a expectativa social.

Destarte a estrutura e arraigamento eclesial, o tema de gênero permanece em disputa ao interior do Vaticano, ocupando debate proeminente para a Santa Sé, donde o espaço de discussão se faz demarcado pelas posições de interesse num cenário de críticas sobre práticas institucionais e, no Brasil e América Latina, acentuadamente pelo ascenso neopentecostal (JUNQUEIRA, 2018, p. 483). De um lado, a disputa pela ideologia do *gender*, de outro, a demanda pelas reformas institucionais. A respeito, discorre Junqueira (2018, p. 484):

Entre os expoentes das hierarquias eclesiásticas contrários às reformas, passou-se a investir na construção da representação de um papa reinante latino-americano, frágil em matéria de doutrina católica, contrastando-a com a do papa emérito europeu, destacado intelectual, profundo conhecedor da doutrina e protagonista da condenação à 'teoria/ideologia do *gender*'. Sem externar oposição às medidas voltadas a conferir transparência financeira à burocracia vaticana, os guardiões da ortodoxia e seus aliados parecem ter feito do sintagma *gender* e da luta contra sua 'teoria/ideologia' um elemento identitário em torno do qual procuram aglutinar setores contrários às mudanças e cerrar fileiras contra o pontífice argentino (Dall'Orto, 2016).

Sobrevém ao autor delatar a posição de Bergoglio, enquanto este busca uma postura centralizadora e voltada aos depauperados, reestruturando a burocracia curial e as agências de fomento financeiro do Vaticano, sua imagem pública guarnecida pela humildade e serviço aos pobres; preservando a Teologia do Corpo enquanto doutrina, a posição papal vai da negociação ao diálogo com os movimentos antigênero, reiterando a reação desde sua aceção de família enquanto família natural (JUNQUEIRA, 2018, p. 485). A disputa de posições desde seu centro pela tática eclesial propõe por estratégia o defenso da família natural, reificada pelo conceito de família renaturalizada, reinvestida pela ordem e moralidade tradicionais (JUNQUEIRA, 2018, p. 485-486).

Propõe Junqueira o reconhecimento da assim chamada “ideologia de gênero” enquanto artefato discursivo<sup>9</sup> em seu projeto de sociedade reacionário, contraposta por sua legalidade, metodologia, fraudes e falseamento retórico, ao lado de deturpações outras. O conceito de ideologia de gênero urde a instâncias de interesses privados ao retorno das diferenciações pela identidade e direitos sexuais modulados pelo pátrio poder. Afirma o autor (JUNQUEIRA, 2018, p. 487):

Um artefato discursivo que, enquanto *significante vazio* (Laclau, 2011), pode atuar como um ponto nodal (Laclau & Mouffe, 2010) capaz de atrair e aglutinar diversos interesses e demandas, articular atores dispersos e, entre inúmeros significados ou cadeias de significados, incorporar e ajustar diferentes sentidos, estabelecendo, mesmo que provisoriamente, uma significação que proporciona uma identidade comum aos envolvidos e uma aparente coerência ao vozerio cacofônico. Trata-se, ainda, de um dispositivo *político-discursivo* cujo acionamento, em diversos cenários, está implicado na reorganização do campo discursivo reacionário e no redesenho de estratégias

<sup>9</sup> Afirma Junqueira: “Os alegados 'adeptos do *gender*' (objetivados com inúmeros epítetos) podem se ver às cordas, procurando se defender, sem mal conseguir esclarecer ou desmentir um ponto ou outro. Enquanto isso, os 'defensores da família' e seus aliados podem ter maiores chances de seguir indômitos, sem serem sequer constrangidos a expor e a debater radicalmente suas ideias e propósitos. Em tais casos, no mais das vezes, a eles basta seguir um roteiro predefinido: manter um ataque alarmista e rotulador do adversário e agregar a isso uma arenga vaga e imprecisa em nome de algo supostamente autoevidente, incontestável e universal: a 'família natural', a 'inocência das crianças', o 'casamento', a 'sociedade', a 'civilização' etc.” (2018, p. 486).

de mobilização e intervenção na arena pública. Desse modo, a invenção desse sintagma insere-se no âmago de um projeto ultraconservador que comportou engendrar uma retórica dotada de gramática, semântica e elementos lexicais próprios, ideologicamente bem estruturada, e que compõe a base de um discurso antigênero (Husson, 2013b, 2014).

Distante ao rigor teórico-metodológico, a ideologia de gênero percebe a reconfiguração de valores e crenças dogmáticas, reelaborando por incorporação enunciados de raiz clerical ou de sistemas de valores e crenças afiliadas, mobilizando uma cosmovisão intransigente. Ao ínterim, a Escola Pública suscita a disputa hegemônica por um projeto educacional com consequências ideológicas e sociais, repercutindo, conforme sustenta Junqueira (2018, p. 487), pelo direito de acesso e permanência à educação, como também pela desestabilização da liberdade de cátedra e do caráter público da educação.

### **Família natural e teoria social: quem deseja o desejo outro**

Paternotte (2018) busca resgatar a relação entre a suposta teoria social da assim chamada “ideologia de gênero” e seus pressupostos, quais delineam a notada categoria e, ulteriormente, os movimentos tidos por antigênero, particularmente ao norte global no período posterior a 2010, centrando sua análise (PATERNOTTE, 2018, p. 503): i. dogmas no discurso antigênero; ii. estratégias políticas e seus movimentos, como as táticas confluentes; iii. propõe a análise da categoria “ideologia de gênero” em sua articulação programática nacional e internacional;

Ao fluxo semiótico-técnico das lutas sociais antigênero, reacionárias por suas conformações ideopolíticas, percebe o autor aos dispositivos discursivos e elementos táticos de sua organização, notadamente na Europa ocidental, aproximando convergências notáveis. Por reação ao projeto a tipificar a homofobia e pela legalização do casamento homoafetivo – pautas liberais e legalistas –, surge na Itália o movimento Sentinelas em pé, articulando a ofensiva beligerante com postura pacífica em suas manifestações contra o aborto e métodos contraceptivos, fazendo notar o autor a contingência da coincidência de elementos discursivos, táticos e de organização, notando similaridades com outro grupo, Os guardas, de expressão silenciosa a ecoar sua dissidência em relação ao tema da igualdade de direito para o casamento na Eslovênia, neste as categorias família natural, cisgeneridade e heterossexualidade se fazem atravessar pelos dispositivos da complementaridade e diferença sexual enquanto dados naturais, pré-sociais, portanto (PATERNOTTE, 2018, p. 505).

Sua estratégia e organização confluem para além dos Estados Nacionais, outro exemplo apontado sendo o grupo Os/As Vigias, na França, inspirados pela Ecologia Humana. As lutas antigênero percebem os temas daquilo que, ao outro lado da barricada se convencionou denominar 3ª onda do feminismo. A mobilização antigênero se situa em dois eixos programáticos desde a secularização do discurso eclesial antigênero, por suas lutas sociais, se fazem: i. contra a igualdade de gênero; ii. contra a geração de direitos pela cidadania sexual; (PATERNOTTE, 2018, p. 506). Sustenta Paternotte aos antecedentes das mobilizações antigênero francesas deverem a Espanha, Itália, Croácia e Eslovênia a anterioridade, a raiz comum da articulação percebendo ao discurso e tática organizacional, acusando o estatuto do regime discursivo da categoria ideologia de gênero ser um construto auto referencial, imputando ao outro por sua ficção enunciativa os valores de destruição, obscurantismo, misantropia, delatando seu caráter pretensamente antipopular, sejam os fenômenos constatados pela “ideologia de gênero”, por seu princípio, dados antinaturais<sup>10</sup> (PATERNOTTE, 2018, p. 507).

Avanços na pauta, como a ampliação da abrangência do conceito de *famílias* se dariam, para a posição antigênero, por vias algo misteriosas, os documentos estabilizadores das normas sendo meros produtos de uma agenda extemporânea, filiadas a um projeto de deterioração da sociedade. Paternotte, para sustentação da análise conjuntural e organizacional que faz sobre o léxico ideologia de gênero, toma de empréstimo o discurso de Papa Francisco, sumo pontífice da Igreja Católica, para quem a “ideologia de gênero” inspiraria a eliminação da base antropológica da sociedade, a *família*. Situa o autor (PATERNOTTE, 2018, p. 508) a acepção antigênero a propósito de seu conceito de gênero e corporalidade por hiperssexualização da infância. Academicamente, se produz face à renaturalização de gênero enquanto diferença sexual, repatriando corpos e afetos.

Deste modo, pelo fencimento do Estado socialista e da possibilidade de emancipação humana, encampada pela União Soviética, com o arrefecimento das lutas sociais, exsurge a

<sup>10</sup> A respeito da categoria ideologia de gênero, afirma Paternotte (2018, p. 507): “[...] um termo originalmente criado em contraposição aos direitos de igualdade e ao ativismo feminista e das pessoas LGBT, bem como aos estudos que desconstruem a base essencialista e naturalista das ordens de gênero e sexualidade. Os discursos antigênero, apagam as árduas controvérsias que existem no campo dos estudos de gênero e sexualidade assim como a complexa relação entre ativismo e academia para definir 'gênero' como a matriz ideológica que inspira um conjunto de reformas éticas e sociais 'abomináveis' ou seja aquelas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoção de crianças por esses casais, as novas tecnologias reprodutivas, a perspectiva de gênero nas políticas públicas, a educação em sexualidade, a proteção contra a violência de gênero e mais. Ignorando completamente a história do conceito de gênero, autores/as do campo antigênero tem como ponto de partida os experimentos problemáticos de John Money nos anos 1950 e, de forma equivocada, consideram Judith Butler como a mãe da 'ideologia de gênero'.”

“ideologia de gênero”, novo risco à civilização ocidental, a disputa hegemônica é dotada de realizações cumulativas, possibilitando ao fim o ascenso do marxismo (PATERNOTTE, 2018, p. 509). A sustentação da ecologia humana predicada por alguns dos movimentos antigênero tange um discurso proferido em 2008, ao natal daquele ano, pelo papa Bento XVI, quem defendia então a missão ecumênica pela conservação dos solos e águas, e de toda riqueza natural nelas constantes, o “homem como criatura” grifado pelo papa ao teor enunciativo (PATERNOTTE, 2018, p. 510).

As percepções de natureza e ecologia inscrevem homens e mulheres numa totalidade articulada pela imortalidade do espírito e complementaridade dos corpos, emergindo inicialmente por enunciados eclesiais, sendo logo citado em documentos episcopais, artefato discursivo a se deslocar do campo eclesial à secularização por mobilizações e por lutas sociais próprias apenas ulteriormente. “Ideologia de gênero” é um artefato discursivo a dispor a reação política pelo reconhecimento no plano das relações internacionais dos direitos sexuais e reprodutivos, atuando inclusive pela repatologização das sexualidades divergentes, reincorporando gênero pelo antinomia da diferença sexual anatômica, deslocamento discursivo regressivo a repor os limites da forma mononuclear da *família natural* (PATERNOTTE, 2018, p. 511-512).

A profusão das diretivas pela complementaridade do sexo, conforme Paternotte argui (2018, p. 514), já estava dado quando da publicação do Lexicon ao ano de 2003, decorrendo ainda outros dez anos para a articulação da luta política antigênero, a secularização destas organizações servindo de ponte entre setores leigos e sua unidade tática com a Opus Dei, a Renovação Carismática Cristã e o Caminho Neocatecumenal; na Europa, prossegue Paternotte, a crescente mobilização antigênero compreende ao sopro do influxo de direita, confluindo valores, objetivos, discursos e práticas, aglutinando tendências diversas, podendo ser imputada a acepção de gênero ou teoria de gênero advir a um projeto de “erosão da natureza e da biologia” (PATERNOTTE, 2018, p. 515).

A antinomia destacada pela complementaridade ressona, enquanto artefato discursivo, o léxico gênero se fazer grifar *gender*, em língua inglesa, reforço linguístico para sua argumentação pelo caráter imposto e antinatural da doutrina, percebida esta enquanto: i. diferença sexual anatômica fundamental, estruturando masculinidade e feminilidade; ii. complementaridade sexual dos corpos; por biodispositivos discursivos, sua origem eclesial de fundo para além das fronteiras nacionais convergindo não somente pelo discurso, mas também por suas metodologias de ação e organização política, ao lado de pautas equivalentes se desnudando por seus vínculos. Para Paternotte, a disputa semântica em torno de gênero,

afetando mobilizações políticas, percebem não somente a aceção de gênero e corpo por estes sujeitos, antes desvelam posições discursivas novas, ao anseio de um projeto de sociedade estruturado em formações a avultar a circulação de seu discurso em suportes técnicos ampliados, sob a recepção de novos interlocutores (PATERNOTTE, 2018, p. 517).

### **Referências**

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero.** *Psicologia Política*, 18(43), p. 449-502.

PATERNOTTE, David. **“Ideologia de gênero” em movimento.** *Psicologia Política*, 18 (43), 2018, p. 503-523.

PRECIADO, Paul B. **TESTO JUNKIE: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica.** N-1, 2018.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Revista Educação & Realidade*, jul./dez. 1995, pgs. 71-99.